



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**WILTON PEDRO SERROTE**

**O RENASCIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO AFRICANO:  
DESCONSTRUINDO AS CATEGORIAS DESENVOLVIMENTO E  
SUBDESENVOLVIMENTO**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**WILTON PEDRO SERROTE**

**O RENASCIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO AFRICANO:  
DESCONSTRUINDO AS CATEGORIAS DESENVOLVIMENTO E  
SUBDESENVOLVIMENTO**

Projeto apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau de Bacharelado em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes De Barros.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2019**

**WILTON PEDRO SERROTE**

**O RENASCIMENTO DO PENSAMENTO POLÍTICO AFRICANO:  
DESCONSTRUINDO AS CATEGORIAS DESENVOLVIMENTO E  
SUBDESENVOLVIMENTO**

Projeto apresentado como parte dos requisitos para obtenção de grau Bacharel em Humanidades, no Curso de Bacharelado em Humanidades, do Instituto de Humanidades e Letras-IHL, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab.

Aprovado em: 01/04/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros – Orientador**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Profa. Dra. Joyce Aquino Alves**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

**Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>HIPÓTESES</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>7</b>
3.1	OBJETIVO GERAL	7
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	7
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>8</b>
<b>5</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>PROPOSTA METODOLÓGICA</b>	<b>21</b>
<b>7</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A questão do desenvolvimento em África é um tema bastante complexo que vem deixando muitas lacunas nos dias de hoje, e que ainda carece de estudos que falem da questão em si, mas nos últimos tempos tem se visto muitos pesquisadores africanos, e não só, a escreverem mais sobre o continente, e este trabalho não será exceção, visto que tentaremos abordar de modo bem sistemático as políticas de desenvolvimento usadas em África, suas consequências e possíveis caminhos a percorrer para se questionar as ideologias dominantes.

Partindo desta perspectiva, nos propomos a elaborar este projeto que tem como tema: “O renascimento do pensamento político africano: desconstruindo as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento”, partindo das abordagens que nos trazem Axelle Kabou no seu livro “*E se a África recusasse o desenvolvimento*” e Joseph Ki-Zerbo “*Para quando a África*”, como ponto de partida de um projeto a pensar da estagnação do continente (dos países africanos) face ao desenvolvimento, bem como analisar a postura que os nossos dirigentes têm como política de governo para atender a categoria desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo que “*um tipo de pensamento moderno e prático nasce da instabilidade do continente face à recusa do progresso*”(KABOU, 2013, p.13).

Abordaremos também outras referências que nos trazem subsídios para pensar a respeito do desenvolvimento e subdesenvolvimento partindo de inúmeras perspectivas, com o objetivo de efetivar a voz do continente a todas as escalas e um fazer político, de si e para si, sabendo que “o homem é um “animal político” feito para viver em sociedade”. “Eis onde a política como gênero de saber racional se encontra vinculada às contingências históricas próprias a cada sociedade, ou seja, à política em ação” (Kouvouama, 2000, p. 1). Sendo assim, a política estará ligada às formas de saberes racional e às categorias próprias de cada sociedade, isto é, ressaltando os seus aspectos históricos e culturais.

É bem verdade que “o subdesenvolvimento irá nascer do choque das civilizações” [...] (Kabou, 2013, p. 32), durante esta época o continente ficou marcado pela colonização que foi o causador dos piores males em África. Tempos depois, vozes, grupos e forças se reergueram em prol de uma descolonização, ou seja, a libertação destes povos que há muito oprimidos pelos povos ocidentais, a descolonização foi política de pauta de muitos movimentos e entidades que acreditavam estar na hora de se verem livres do sistema opressor que há muito os invisibilizou, bem como o fomento de uma “unidade africana”, pois “*a insatisfação diante do estrangeiro se fazia sentir em vários níveis e em diferentes modalidades, desde revoltas*

*sociais, movimentos religiosos, até os partidos e sindicatos que pudessem representar o anseio das populações coloniais” (MACEDO, 2013, p. 154).*

O continente africano será marcado por um pensamento político próprio, pensamento este pautado na independência do continente e na integração das jovens nações. E com a conquista das independências, divisões, “*golpes de Estado, conflitos internos e externos, projetos políticos frustrados, bloqueio do desenvolvimento econômico-social e intensa intervenção das grandes metrópoles*” (VISENTINI, 2010, p. 9) foram política de pauta do continente, caminhando assim ao que conhecemos como “subdesenvolvido”. “*Face à incapacidade dos países africanos em reagir de forma articulada, foi inevitável recorrer aos organismos financeiros mundiais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial*”<sup>1</sup> (VISENTINI, 2010, p. 58).

O que tentaremos mostrar neste trabalho é o fato de que depois desta fase, ou seja, depois de se ter alcançado as independências, não mais se verificou um pensamento político africano próprio, sendo que as elites africanas foram influenciadas pelo poder ocidental, o que causou em África uma instabilidade político-social, econômica, ideológica etc. Sabendo que as potências mundiais tiveram um papel muito importante no rumo que os países do continente recém-descolonizado tomaram.

A África só pode ser uma vítima: o tráfico negreiro, a colonização, o *apartheid*, a deterioração dos termos de troca de comércio, a dívida estão aqui para situar indubitavelmente o essencial das responsabilidades fora de África. Esta seria imponente no controlo das rédeas do seu destino há já quatro séculos (KABOU, 2013, p. 14).

A partir desta perspectiva será necessária uma ressignificação dos modelos adotados pelas elites africanas como forma de fazer política, e para isto precisam-se ampliar os horizontes afins de que novas diretrizes sejam adotadas.

Por diversas razões, esse entusiasmo e essa renovação são, sob o ponto de vista teórico, pouco visíveis na escala do continente africano; portanto, as novas dinâmicas internas da sociedade civil, das mulheres, dos jovens e as mutações políticas (reivindicações democráticas, conferências nacionais, guerras civis, generalização da violência, golpes de Estado militares, “golpes de Estado civis”) que surgiram na história do continente nos últimos dez anos interrogam a filosofia – “o trabalho do conceito” – e a incitam à proposta de outras categorias de análise que sejam apropriadas (KOUVOUAMA, 2000, p. 3).

---

<sup>1</sup> “A Diretoria Executiva do FMI aprovou um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) em março de 1986. O programa destina-se a ajudar países-membros de baixa renda com prolongados problemas de balanço de pagamentos a adotarem programas macroeconômicos e de ajustamento estrutural a médio prazo para corrigir distorções na economia, restaurar uma posição viável de pagamentos e promover um crescimento econômico mais rápido”. Fonte: Finanças e Desenvolvimento, 1986.

Com base no que foi exposto acima em linhas gerais, o nosso desafio com esta pesquisa é entender de que forma a África percebe a própria noção de desenvolvimento?

Depois de termos compreendido como os sistemas económicos ocidentais foram se hegemonizando de forma a que se concebam e se reproduzam suas teorias nos mais diversos moldes, cabe às elites africanas juntamente com a grande massa associativa cultural, bem como o poder tradicional dessas sociedades, construir um modelo de sociedade pautada em suas próprias características e que atenda as demandas dessa sociedade.

Desta forma muitos outros questionamentos vão surgindo, como: porque a intrusão do ocidente bloqueia o crescimento africano? Porque alguns países africanos ainda se baseiam nos indicadores como PIB, PNB para identificar o seu nível de desenvolvimento? Porque o continente africano foi vítima de conspirações internacionais? A posição de muitos autores é que devemos deixar de ser “objetos” para nos tornar-mos “sujeito”, é preciso intensificar, ou seja, aproximar os países de forma que haja uma integração econômica, política, africana, bem como a criação de condições para se pensar em políticas alternativas de reafirmação do continente nos assuntos internacionais e na busca de novos paradigmas de desenvolvimento.

Contudo o nosso trabalho visa tentar dar respostas aos nossos questionamentos e inquietações por meio de análises bibliográficas e de leituras de autores que abordem sobre a questão do desenvolvimento e subdesenvolvimento em África e não só.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 GERAL**

Analisar possíveis formas de pensar o desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como apontar evidências de uma não representatividade do continente africano nestas análises.

#### **3.2 ESPECÍFICOS**

- a) Entender até que ponto as teorias desenvolvimentistas espelham os vários tipos de colonialidade;
- b) Compreender as causas internas e externas que ditam o subdesenvolvimento africano;
- c) Identificar possíveis problemas no continente africano causados pelas teorias desenvolvimentistas;

- d) Apontar o papel e relevância da elite intelectual africana no processo de desenvolvimento da África.

#### 4 JUSTIFICATIVA

A realização deste projeto nasceu de inúmeras discussões, questionamentos e debates que foram surgindo no decorrer do curso Bacharelado em Humanidades, e principalmente quando me deparei com os livros de Axelle Kabou “*E se a África recusasse o desenvolvimento*”, e de Joseph Ki-Zerbo “*Para quando a África*”. Surge então o interesse de compreender o mundo para além do que nos é imposto pelas ideologias euro-norte-ocidentais como a de “desenvolvimento” que há muito nos é instruída e começar a ter uma visão de mundo a partir de perspectivas de saberes e conhecimentos para além do ocidental, me levando mesmo até a questionar sobre o porquê de o continente adotar as políticas como a de ajustes estruturais, para se referir às ajudas internacionais, mesmo sabendo que os nossos problemas são internos e que a solução também deve partir de dentro e não de fora, “reformas, elevação de produtividade e investimentos externos, entretanto, não seriam capazes de, por si sós, alterar as condições prevaletentes no subdesenvolvimento” (MENEZES, 2000, p. 54).

O acesso a estas novas formas de interpretação servirá como uma concepção de ver o mundo e questionar, sobretudo aquilo que nos foi imposto pelas teorias desenvolvimentistas, entender que é preciso partir de uma perspectiva africana das coisas porque o continente apesar da colonização continua reproduzindo os saberes ocidentais e adotando as suas políticas como pressupostos para tirar o continente da estagnação econômica que se encontra hoje. É importante perceber que estas formas de reprodução de conhecimento não passam de um processo de dominação e é preciso que os africanos lutem para a permanência e consolidação dos seus valores e entender que a solução para os seus problemas não se encontram no ocidente, porque pode ter o colonizador saído, mas o seu espírito continua perpetuado na psicologia das sociedades africanas, pois, “[...] nenhum povo, mesmo no período pós-colonial, consegue se livrar de seu colonizador, enquanto não se liberta também de seus referenciais teóricos e de seus paradigmas [...]” (GADOTTI, 2012, p. 15).

Assim o nosso trabalho justifica-se principalmente na ideia de que é preciso que o continente viva de uma história própria, sabendo que não se pode esquecer, nem tão pouco alterar o nosso passado, mas podemos começar a reescrever uma nova África, partindo dos

ideais de Nkrumah (1962) em prol de uma verdadeira unidade africana, bem como um projeto de integração africana como nos apresenta Ki-Zerbo (2009, p. 12), “*a África deve constituir-se através da integração*”.

É pelo seu “ser” que a África poderá realmente vir a tê-la; mas é preciso um ter autêntico, não um ter de esmola, de mendicidade. Trata-se do problema da identidade e do papel a desempenhar no mundo. Sem identidade, somos um objeto da história, um instrumento utilizado pelos outros, um utensílio (KI-ZERBO, 2009, p. 12).

Admitamos também que a pesquisa pode servir como um ponto de partida para a revolução histórica africana, partindo dos seus próprios moldes de conhecimento, acreditando que a categoria subdesenvolvimento a que as sociedades colonizadas foram adotando seria entendida como uma concepção pejorativa, já que foi criada para inferiorizar estas sociedades.

Assim, como nos trás Axelle Kabou no seu livro “*E se a África Recusasse o Desenvolvimento*”, são necessárias novas formas de interpretação destas categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento a partir de cada sociedade e não de ingerências externas como formas de apaziguar ou oferecer mecanismos para a resolução dos nossos problemas.

É necessário, portanto, no quadro da política económica mundial, convencer-nos de que o nosso continente possui triunfos e que nós somos os únicos a poder criar – com ou sem ajuda exterior – a nossa própria riqueza por um desenvolvimento concebido em função das nossas necessidades (KABOU, 2013, p. 70).

É importante salientar que a ideia aqui não é desvalorizar o pensamento ocidental, mas sim apresentar um pluralismo de conhecimentos, caminhar a partir de perspectivas outras que abordem sobre a questão do desenvolvimento, compreender que nada é universal, pois se o ocidente tem uma forma de interpretação da categoria desenvolvimento criada por si, isto não quer dizer que vai servir do mesmo modo para atender as demandas de sociedades que não sejam ocidentais, isto porque cada sociedade tem o seu “sentir interior e exterior” diferentes, e que antes mesmo de se debater com as teorias dos outros, é preciso primeiro partir de si e para si.

## 5 HIPÓTESES

Várias teorias de certa forma etnocêntricas têm sido criadas para situar os africanos numa posição inferior aos ocidentais. As teorias desenvolvimentistas ocidentais têm se repercutido de formas tão indecorosas em África, que encontramos poucos teóricos que possam contrapor o subdesenvolvimento vigente no neocolonialismo.

Com base nisso a hipótese desta pesquisa consiste em afirmar que a “África deve se unir”, pois está na hora da África se reerguer, se reformular para uma nova direção, pensar em novos projetos políticos que enfatizam a “unidade africana”, que nos propõe um futuro conjunto de esperanças, liberdade cognitiva e evolução, para que sejamos donos do nosso próprio destino, autores da nossa própria história e de uma nova metanarrativa.

Assim faz parte ainda da nossa pesquisa afirmar que a África deve constituir-se através da integração que rejeita a alteridade imposta pelo eurocêntrismo. Visto que o subdesenvolvimento é uma consequência das teorias de desenvolvimento euro-norte-ocidentais impostas de forma direta aos países do Sul, com objetivo de exercer uma dominação cognitiva, epistemológica, política, econômica etc; sobre estas áreas. Cabe aos países do Sul (em especial os do continente africano) definir os seus próprios objetivos de desenvolvimento, pois não podemos continuar a viver do modelo do colonizador.

## 6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O desenvolvimento sempre foi o ideal a se alcançar de muitas nações, isto desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Estas, por sua vez, viam-se confrontados com a teoria do evolucionismo europeu, em que todos os povos deveriam seguir os mesmos estágios para atingir o tão desejado desenvolvimento. Estas nações caíam no discurso do primitivo e civilizado. E a partir daí *“muitas têm sido as receitas avançadas por atores internacionais e nacionais na luta contra o subdesenvolvimento”* (MACUANE, 2005, p. 1).

É importante salientar a forma como a teoria da evolução marcou o que percebemos como modernidade, buscando desde logo abordar um modelo único de evolução em que todos os povos se pudessem rever, ou seguir como sendo um modelo padrão de desenvolvimento, modelo este pautado na ideia ocidental de mundo, caracterizado por uma sociedade de mundo singular, em que *“todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios”* (BOAS, 2004, p. 15), modelo este pautado na ideia

universalista,<sup>2</sup> em que o europeu seria o responsável de levar os demais povos a outro estágio: o do “desenvolvimento”.

Há uma notável teoria de evolucionismo homogêneo, um falso evolucionismo que consiste em *“tratar os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas como longínquas, como estados ou etapas de um desenvolvimento único, partindo do mesmo ponto de vista e convergindo em direção a um mesmo ponto de vista”* (LÉVI-STRAUSS, 1961 APUD KABOU, 2013, p. 33).

O conceito que o presente trabalho trata “desenvolvimento” nasce da ciência biológica; de acordo com Santos (2012) este conceito será utilizado como a forma de explicar os seres vivos no alcance de determinadas potencialidades genéticas. Mas nas últimas décadas do século XVII o termo emigrou para o campo social, como sendo evolução, crescimento ou progresso de uma etapa para outra, isto a partir, dos modelos de sociedades euro-norte-ocidentais.

[...] o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. Essas sociedades obtiveram o status de desenvolvidas, o que faz entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcance do seu bem-estar (SANTOS, 2012, p. 46).

Esta imigração do termo “desenvolvimento” do campo biológico para o social foi fator importante para justificar a colonização em África, que consistia na exploração de riquezas das terras africanas, no tráfico negreiro e de levar a civilização ocidental para o continente.

A colonização foi um dos piores males que atingiu continente africano. Causado pelo imperialismo europeu, a colonização teve como um dos pressupostos a ingerência dos valores culturais ocidentais ao continente africano, na justificativa de pacificar estes povos e levá-los à civilização, fazendo-os desacreditar em todo o tipo de conhecimento que não fosse ocidental.

Para Macedo (2012), o colonialismo deixou profundas marcas nas estruturas políticas, sociais e econômicas das ex-colônias. Marcas estas que não são realidades nos países centrais, mas que continuam perpetuadas nas várias formas de expressão socio-cultural das sociedades colonizadas.

---

<sup>2</sup> Há três tipos principais de apelo ao universalismo. O primeiro é o argumento de que a política seguida pelos líderes do mundo pan-europeu defende os “direitos humanos” e promove uma coisa chamada “democracia”. O segundo acompanha o jargão do choque entre civilizações, no qual sempre se pressupõe que a civilização “ocidental” é superior às “outras” civilizações porque é a única que se baseia nesses valores e verdades universais. E o terceiro é a afirmação da verdade científica do mercado, do conceito de que “não há alternativa” para os governos senão aceitar e agir de acordo com as leis da economia neoliberal (Wallerstein, 2007, p. 26).

O conceito estudado vem sendo desenvolvido por várias áreas sociais, dentre elas a econômica, que considera o desenvolvimento sendo o crescimento econômico, e que vai pecando quando exclui outras categorias como o bem estar ou a liberdade individual. Como nos mostra Santos (2012) o termo foi uma invenção da modernidade ocidental enquanto pertencente à categoria política, e que foi empregada pela primeira vez no ano de 1949 pelo presidente norte americano Truman, com o objetivo de os países desenvolvidos ajudarem os países subdesenvolvidos a se desenvolverem também.

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso progresso industrial disponível para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo - a exploração para o lucro estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (ESTEVA, 2000, p. 59, APUD SANTOS, 2012, p. 50).

De acordo a esta narrativa dominante, os países ocidentais têm sido os responsáveis em criar as políticas para o desenvolvimento dos países do Sul, sobretudo os do continente africano, apresentando para as mesmas políticas tais ditas satisfatório, ou seja, alegando que para eles chegarem até onde estão hoje foi graças à implementação de determinadas políticas, políticas estas que o continente africano em especial deveria adotar se quizer, também atingir o nível de desenvolvimento. Repara que aqui está clara a idéia de um evolucionismo (desenvolvimento) singular, em que o modelo é o ocidente.

Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment*, para adotar uma série de “boas políticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico (CHANG, 2002, p. 11).

Portanto, tratando-se do continente africano, assistiremos aos vários processos de transição política ao qual o continente passou.

O ano de 1960 foi considerado o ano de África, conforme nos apresenta M´Bokolo (2011) este será o ano do renascimento africano, marcado pela União dos Estados Independentes da África e pela luta do continente face ao imperialismo europeu, que culminou no alcance de libertação de dezoito colônias.

Em 1963 tivemos a criação da Organização da Unidade Africana (OUA) onde líderes como Kwame N´krumah, Julius Nyerere, Patrice Lumumba, Sékou Touré, Leopold Sedar Senghor, Gamal Abdel Nasser, Thomas Sankara, entre outros, buscavam a unificação do continente, bem como a liberdade econômica e política das demais nações. “Foi nesse

contexto que os novos Estados se organizaram para levar a cabo a emancipação política completa do continente e tentaram pôr em prática um desenvolvimento econômico e social que desse resposta às expectativas das populações” (M´BOKOLO, 2011, p. 630).

A partir deste período das independências os países do continente africano passaram a se tornar atores na cena internacional, e que não demorou muito tempo para verem-se imediatamente confrontados com a Guerra Fria, que teve influências diretas sobre o rumo que o continente teria.

As independências africanas ocorreram numa atmosfera protectora que promoveu a absorção das ex-colónias como membros inquestionáveis da sociedade internacional de estados soberanos. Pela primeira vez, a soberania do Estado era aceite na base jurídica de reconhecimento por parte dos outros estados soberanos e não na base empírica de capacidades de governação, defesa e extracção fiscal que desde sempre constituía a prova crucial da viabilidade dos Estados (OLIVEIRA, 2009, p. 95).

Estavam então dados os primeiros passos rumo à reconstrução do continente e do seu projeto de unificação. Algum tempo depois, isto já no período da guerra fria, o continente volta a cair em um declínio político-econômico. M´Bokolo (2011) vai dizer que o contexto em que decorreu a Guerra Fria, vai causar ao continente divisão e frustração de qualquer projeto político de desenvolvimento.

Os Estados africanos dividiram-se perante os desafios da guerra fria. Está divisão iria pesar fortemente sobre as questões da unidade africana e do desenvolvimento econômico e social. A penetração das duas superpotências, Estados Unidos da América e União Soviética, fez aumentar a pressão desses desafios tanto sobre as políticas internas desses Estados como sobre a sua política externa (M´BOKOLO, 2011, p. 631).

Oliveira (2009) por sua vez realça que os problemas africanos começam no momento em que o pilar econômico implode isto no período da década de 1970 a 1980 “as economias africanas estiverem à beira da banca rota”, e foi inevitável recorrer às intuições financeiras internacionais para impedir o naufrágio definitivo das economias africanas.

A solução à crise proposta veio através da adopção maciça dos programas de ajustamento estrutural em muitos países africanos nos anos 80 e 90 e significou a consolidação do chamado Consenso de Washington<sup>3</sup>, a cartilha do paradigma neoliberal que passou a ditar os destinos do continente, com forte influência das

---

<sup>3</sup> Consenso de Washington obrigou muitos países em vias de desenvolvimento a adotar estratégias neoliberais visando principalmente limitar o papel do Estado na Economia. Frequentemente tais estratégias conduziram a uma redução da capacidade fiscal e ao aumento das desigualdades de renda. Atualmente, muitos países em vias de desenvolvimento se lamentam porque são mais as tensões socioeconômicas geradas do que os benefícios aferidos em função das maiores oportunidades de consumo (MARKTANNER; WINTERBERG, 2009, p. 1).

instituições financeiras internacionais (IFIs), como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) (MACUANE, 2005, p. 1).

As IFIs (Instituições Financeiras Internacionais) por sua vez tinham como política de pauta o progresso dos países em vias de desenvolvimento, e que este progresso ou desenvolvimento só poderia ser alcançado, caso estes países aceitassem as condições prevaletentes nas chamadas teorias desenvolvimentistas, que “consideravam este como o aumento da produtividade e a acumulação de riqueza dos indivíduos através do emprego da racionalidade nos modos de produção, na organização estatal e nas relações sociais no geral” (MACEDO, 2012, p. 1).

As ifi só dariam auxílio financeiro se os dirigentes africanos se comprometessem a implementar reformas económicas importantes, os chamados programas de ajustamento estrutural (pae) que tinham por fim desregulamentar e liberalizar as economias africanas, aumentar o papel do sector privado, abrir as economias africanas ao resto do mundo, e estabelecer a base para o «desenvolvimento robusto» do continente (RICARDO, 2009, p. 12).

Foi no ano de 1986 que as instituições de Bretton Woods (FMI, Banco Mundial) começaram a pôr em prática o programa de ajuda aos países de baixa renda, denominado ajustamento estrutural<sup>4</sup>. Estes programas “*eram pacotes de reformas de políticas com o objetivo de alcançar estabilidade macroeconômica e um modelo de crescimento baseado nas exportações, assumindo-se que esta receita poderia reduzir a pobreza*” (MACUANE, 2005, p. 1).

Dentre as medidas avançadas, constam o corte nos gastos públicos, a adopção de políticas monetárias e fiscais restritivas, liberalização da economia, desregulamentação dos preços internos, e a privatização das empresas estatais e da provisão de alguns serviços públicos essenciais, como condições para o acesso ao crédito; as chamadas *condicionalidades* (MACUANE, 2005, p. 1).

Desde então o continente passou a se beneficiar destas estratégias para alcançar o tão desejado desenvolvimento, as elites africanas acreditavam que fazendo parte destes programas de empréstimos, austeridade e liberalismo económico, estariam a caminhar para o mesmo nível que os países centrais.

Repare que até aqui apenas se pregou o desenvolvimento a partir de um viés economicista, que de certa os ganhos económicos eram os pilares fundadores destas ideologias.

---

<sup>4</sup> O Ajustamento Estrutural é uma expressão que surge nos anos 80, associada ao conjunto de prescrições de política económica formulado pelas instituições de Bretton Woods (ALVES, 2002, p. 17).

O viés economicista destas estratégias de desenvolvimento, apesar de ter sido seguido posteriormente da sua componente social, não conseguiu resolver os problemas crónicos de pobreza, endividamento e desenvolvimento no continente, levando às críticas sobre os seus efeitos negativos ao debilitar os processos políticos e causar sérios danos económicos e sociais aos países implementadores (WDM, 2005, *apud* MACUANE, 2005, p. 2).

“Estas estratégias levaram a um pesado endividamento dos países africanos” (MACUANE, 2005, p. 1). Ou seja, podemos arriscar aqui a dizer que a partir desta altura nasce aquilo que conhecemos como a teoria da dependência., “no qual subdesenvolvimento e desenvolvimento são interpretados como parte do mesmo processo capitalista com raízes no colonialismo e não como etapas diferentes de modernização de um Estado” (MACEDO, 20012, p. 1).

Como argumenta Duarte (2006), a Teoria da Dependência vem tentar dar resposta às teorias desenvolvimentistas, afirmando que elas não serviam por si sós para elevar os países a outro estágio, ou seja, a perspectiva do desenvolvimento económico que ela pregava como etapas de um progresso que os países deviam aderir ficou a quem das expectativas, não podendo dar conta de sociedades periféricas.

A Teoria da Dependência se propunha a tentar entender a reprodução do sistema capitalista de produção na periferia, enquanto um sistema que criava e ampliava diferenciações em termos políticos, económicos e sociais entre países e regiões, de forma que a economia de alguns países era condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE, 2006, p. 1).

Muitas críticas têm surgido em torno desse ideal de desenvolvimento ocidental, “diversos pensadores ocidentais procuram identificar quais as careterísticas, de uma sociedade considerada moderna e quais os obstáculos das antigas colónias para atingir este patamar (MACEDO, 2012, p. 1). Outra dá-se em torno de que “o desenvolvimento é um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para os países do Terceiro Mundo” (SANTOS, 2012, p. 11).

E neste contexto das críticas, Macedo (2012) vai apontar para o liberalismo económico, que para ele será considerado um dos pilares fundamentais da modernidade e condição básica para o alcance do desenvolvimento, ou seja, a crítica vem em torno de que o liberalismo económico “não desenvolve as forças produtivas dos países periféricos, apenas aprofunda a situação de dependência para com os países centrais” (MACEDO, 2012, p. 1).

Apesar de inúmeras críticas, pouco ou quase nada se viu quanto à formulação de hipóteses que tentam dar respostas “às teorias económicas liberais e desenvolvimentistas dos

*países centrais*” (MACEDO, 2012, p. 2). O que estamos aqui a tentar dizer é que os pensadores africanos estavam menos preocupados em formular teorias que dessem respostas a estas ideologias do desenvolvimento.

Podemos considerar que ainda continuamos enfrentando os problemas semelhantes à da dominação colonial e opressão, e que a inclusão destas ideologias expressam de forma clara os vários tipos de colonialidade a qual o continente tem sido refém.

O paradigma que nos traz Kabou é possível analisar que a falta de um pensamento político próprio tem congestionado muito as sociedades africanas, alegando mesmo que: “[...] nenhum país africano elaborou, até hoje, um projeto de sociedade claramente compreendido pelas suas populações em sentido lato” (KABOU, 2013, p. 15). Já para Ki-Zerbo (2009); o problema de desenvolvimento da África não é uma questão de meios, mas, de identidade, pois não devemos procurar transferir nem copiar os modelos atuais dos países desenvolvidos para os países pobres. “*De fato, é preciso rejeitar, recusar o modelo linear de desenvolvimento. Infelizmente, muitas pessoas concebem-no como uma corrida olímpica onde os povos andam uns atrás dos outros*” (KI-ZERBO, 2009, p. 149).

Isto leva-nos a questionar até que ponto somos nós africanos independentes, e de que independência falamos quando as elites africanas dependem das superpotências mundiais para alimentarem-se. Isto nos leva a crer que esta independência não foi conquistada, mais sim cedida e com algumas interrogações. Como descreve Macedo (2013) a cerca de independência conquistada, que o processo de descolonização foi vigiado e controlado pelas metrópoles como pressuposto para continuarem a usufruir da dominação indireta.

A vontade africana de progresso tornou-se um fenómeno tangível: os relatórios da imprensa escrita e falada a cerca das negociações CEE-ACP, dos programas de ajustamento estrutural “impostos pelo FMI”, das recriminações dirigidas pelos “pobres” aos “ricos” quando estes últimos combinam os negócios deste mundo, são, no imaginário africano, verdadeiras batalhas, arenas salpicadas de ciladas em que a vontade de desenvolvimento dos dirigentes políticos africanos aplica todo o seu poder muscular contra um inimigo secular (KABOU, 2013, p. 20).

Por consequência disto, o espírito dos “para ventos da recusa do progresso” (Kabou, 2013) ficou marcado no continente, pois é de tal importância também levar em conta assim como os fatores histórico e ideológico, o contexto social atual em que o pensamento político foi se desenvolvendo em África, bem como entender a sociedade civil antes e pós-independência, como pressupostos para a reabilitação do homem negro contra as sequelas deixadas pelo colonialismo.

[...] Pensar a política na África, portanto, significa investigar a partir de que fundação os produtores do político trabalham a redefinição de um querer-viver junto. Recapitulação e idealização do passado, reconquista de uma identidade negra ou africana perdida devido aos truques da história, reivindicação da universalidade da democracia: estas são as principais diretrizes de uma interrogação filosófica sobre a política, interrogação apreendida em suas determinações históricas, ou seja, no horizonte de uma prática política. Tal interrogação se efetua num contexto geral de efervescência de ideias, de questionamento sobre o sentido do liame social [...] (KOUVOUAMA, 2000, p. 2).

Até aqui o continente africano continuou seguindo “independente”, mas sob forte influência do colonialismo que pesava sobre as suas mentes, e enquanto estes países não quebrarem a dependência que também acaba sendo um legado do colonialismo, a idéia de resgatar a origem, diminuir as desigualdades e “caminhar com os próprios pés” não será possível.

Nesta efervescência de idéias, Julius Nyerere “pregava a autosuficiência de seu país em relação ao exterior como objetivo político, também tendo como pano de fundo a situação de dependência em que seu país se encontrava, da qual sem a ruptura seria impossível melhorar a situação de pobreza evidente” (MACEDO, 2012, p. 2).

Muitas vezes a falta de representatividade dá ao africano poucas chances de escolhas, acreditando em categorias como desenvolvimento homogêneo, o continente torna-se ainda mais invisibilizado; a categoria desenvolvimento precisa de uma releitura, pois ele o desenvolvimento não deve ser entendido apenas como política de crescimento econômico,<sup>5</sup> pois ele perpassa por estes moldes como nos têm feito crer durante muito tempo. “*É um processo complexo que traiu tanto nos aspectos económicos como nos aspectos sociológicos, psicológicos e políticos da vida em sociedade [...] O desenvolvimento supõe a aparição de um mundo novo e não o aumento quantitativo daquilo que já existe*”. (ALBERTINI, 1997 APUD KABOU, 2013, p. 23).

É preciso segundo Resende (2016) uma luta contra toda a forma de dominação que continua da luta contra o neocolonialismo<sup>6</sup>, porque de quaisquer das formas ainda continuamos sobre o processo de exploração econômica, ainda que de forma indireta.

---

<sup>5</sup>Se o "desenvolvimento" é um fenómeno de ordem económica social e cultural em todas as suas vertentes, o "económico" ocupa, no entanto, um papel fundamental no tratamento deste conceito, quer ao nível interno dos países quer no plano internacional. Mas as escolas do pensamento divergem na sua abordagem e tentativa de solução. A dificuldade em encontrar respostas é particularmente evidente se confrontamos o "económico" com o conceito mais abrangente de "cultura". Esse confronto é agravado na medida em que se insere num contexto de "complexidade", a qual dificulta a obtenção de critérios de demarcação que distingam de maneira satisfatória entre o que é "científico" e o que é "não científico". (TORRES, 2000, p. 1).

<sup>6</sup> A África é um paradoxo que ilustra e evidencia o neocolonialismo. Seu solo é rico, embora os produtos que dele saem, tanto de baixo quanto de cima, continuam a enriquecer, não os africanos, predominantemente, mas

Fanon diz que existe um edifício de complexos que fazem com que os negros (africanos) queiram se espelhar ou se realizar na condição de modernidade ocidental, vista como o destino das sociedades africanas. O quer dizer que enquanto se continuar a reproduzir estas ideologias nos seus próprios moldes, continuaremos refém do subdesenvolvimento que é a categoria que estas políticas vêm nos situar.

Pensamos nós que um processo de “descolonização das mentes” é aqui chamado para atender as massas africanas que por conta de fatores históricos acabaram incutindo as ideologias ocidentais como sendo universais, pois mais do que econômico o nosso problema também é psicológico.

A descolonização é um encontro de duas forças congenitamente antagônicas que tem precisamente a sua origem nessa espécie de substancialização que a situação colonial excreta e alimento [...] a descolonização é verdadeiramente criação de pessoas novas. Mas essa criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural: a coisa colonizada se torna homem no processo mesmo pelo qual ela se liberta (FANON, 2008, p. 52-53 APUD LINO, 2018, p. 14).

Acreditamos que é preciso uma releitura dos conceitos hoje utilizados no “*establishment* internacional da política de desenvolvimento”<sup>7</sup> (Chang, 2002); precisamos evitar que o continente caia na armadilha das teorias desenvolvimentistas, atendendo aos paradigmas que elas nos trazem, visto que elas obedecem a uma conjuntura social diferente das nossas, ou seja, elas foram criadas a partir de um contexto social, e para atender as demandas daquela sociedade, categorias como desenvolvimento, estas não podem ser confundidas como universais, mas que cada um pense em um paradigma próprio para conceituar o desenvolvimento, partindo de seus próprios moldes sociais, bem como lhe dar um novo enquadramento fora daquele que se tem perpetuado como norma padrão de desenvolvimento, excludente, racista e desumanizador.

Hoje já começamos a ter uma consciência maior da verdadeira situação na qual nos encontramos, de como o continente mergulhou em um naufrágio econômico e ideológico. Podemos dizer que alguns passos já se têm dado como pressuposto para o alcance ou construção das nossas liberdades, que de acordo Santos (2010), quer seja na dimensão econômica, identitária-cultural, política, cognitiva, epistemológica, etc.

---

aos grupos e indivíduos que manobram para o empobrecimento do continente (NKRUMAH, 1965 APUD BLAY, 1973, p. 2).

<sup>7</sup>*Establishment* pode ser considerado um grupo de pessoas ou organizações que detêm a maior parte do poder, ou seja, são organizações que vão influenciando a maneira como determinadas políticas vêm sendo implementadas em determinados países atendendo os seus interesses, e fazendo jus ao seu *status quo*. Mais sobre isso podem, no entanto, ver: Ha-Joon Chang – Chutando a escada, ou ainda: Yuri Gabriel Campanaro – O *establishment* neoliberal e a Gestão Tecnocrática.

Para tentar dar resposta a este caminho de desenvolvimento ocidental que os países do continente africano aderiram, “instituições como o CODESRIA de Samir Amin, criaram novas formas de se pensar o desenvolvimento, e por isso, caminhar de forma libertária rumo a liberdade – também –económica” (NGOENHA, 2013, APUD BUANAÍSSA, 2018, p. 5).

Segundo Buanaíssa (2018) esta instituição vai pregar o paradigma libertário, científico e econômico, em que os indivíduos fossem capazes de construir um mundo mais igualitário e justo.

A liberdade tem que ser o meio e a finalidade da ação humana. Neste sentido, cada cidadão – através da emancipação socioeconómica e política – tem que mobilizar o seu espaço na mesma direção, de modo a inscrever-se na história do seu país e do mundo (NGOENHA, 2013, APUD BUANAÍSSA, 2018, p. 5).

Entrando já nesta senda da liberdade, Amartya Sen em seu livro *Desenvolvimento como liberdade* (2000) vai pregar a ideia de que o desenvolvimento de uma nação estará ligado às oportunidades que esta oferece aos seus cidadãos a fazerem as suas escolhas, bem como a participação ativa na vida política, a garantia dos direitos essenciais básicos entre outros.

Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura (SEN, 2000, p. 16).

Em 2001, uma Nova Parceria Para o Desenvolvimento da África (NEPAD – sigla inglesa) foi assinada colocando os países de novo no caminho para um desenvolvimento duradouro. Diallo (2011) traz um pensamento muito otimista a cerca da NEPAD, que vai permitir que os dirigentes dos países africanos tenham a obrigação de participar efetivamente dos problemas que afligem o continente, bem como partir desta linha de pensamento para assim então mais do que o crescimento econômico virar as atenções para o ser humano, que muitas vezes é nem achado, quando se fala de desenvolvimento.

Assim como Diallo (2011) põe crença na NEPAD, o mesmo também vai dizer que o documento só terá efetividade caso todos se engajem na mesma luta que teria como finalidade a satisfação das necessidades elementares do ser humano, e não deixar que tudo se resolva apenas com a NEPAD.

O desenvolvimento sendo um conceito multidimensional como alguns autores afirmam, ele pode ser compreendido de várias formas, como as que mencionamos no decorrer do presente trabalho.

Os teóricos ocidentais a partir das suas teorias apresentam para nós um desenvolvimento pautado em um único mundo geográfico, que Santos (2008) vai nos mostrar que este desenvolvimento é baseado na interculturalidade, interligação econômica, política e social, e que seria benéfico de igual modo para todos os países ricos e pobres, criando assim um mundo único.

Mas não, o desenvolvimento acabou sendo excludente, em que os países mais ricos aproveitam-se de seu poderio econômico para movimentar tudo a seu favor, como criar políticas de endividamentos para os países mais pobres, propondo-lhes tais ditas “políticas boas” para chegarem ao nível de desenvolvidos, nível este que estes dificilmente hão de alcançar, pois quanto mais se endividam, mais empobrecem e assim nunca atingir novos níveis de desenvolvimento, pois o que estes países tentam fazer é “chutar a escada” por onde subiram, para que ninguém mais cresça.

Sabendo que o desenvolvimento que há muito nos foi pregado não servirá para resolver os nossos problemas, se não elevar a nossa situação de dependência. Acreditamos nós que o desenvolvimento ele pode ser não-confrontacionista, entender que podem e devem existir outras formas de interpretação desta mesma categoria, e que estas mesmas concepções elas devem variar de lugar para lugar, pois aquilo que um percebe como desenvolvimento pode não ser para outro, por isso o desenvolvimento ele deve ter interpretações multidimensionais e próprias. *“No plano teórico, o que verificamos é a possibilidade de produção de um novo discurso, de uma nova metanarrativa, um novo grande relato. [...] conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história”* (SANTOS, 2008, p. 11).

O fator histórico não nos tem ajudado muito, as ajudas externas vêm deteriorando ainda mais o nosso nível de vida, o FMI e o Banco Mundial estão aí para situar-nos da nossa condição, ou *“foi por esta razão que nós dissemos que tínhamos de partir de nós próprios para chegar a nós próprios”* (KI-ZERBO, 2009, p. 14). Uma concepção de desenvolvimento que começa, passa e termina em nós, pois o desenvolvimento não pode ser apreendido apenas como crescimento econômico, desta feita, vimos a necessidade de se repensar as políticas para o desenvolvimento de África.

A abordagem que nos traz Axelle Kabou nos permite questionar as elites africanas, bem como as políticas por elas implementadas com o objetivo de levar o continente a atingir o nível de desenvolvimento pautado em uma concepção ocidental; ela nos subsidia também em

uma reflexão crítica sobre as categorias desenvolvimento e subdesenvolvimento, bem como criar um modelo de desenvolvimento míope sem a ingerência ocidental.

Com a mudança na leitura destes conceitos nos será possível também dialogar com os movimentos panafricanistas, que:

Embora o pan-africanismo tenha suas especificidades teóricas, sua própria história e contextualização, ele também possui uma contribuição universal que precisa ser melhor estudada, pois é parte integrante e atual das lutas dos povos do Sul Global por sua auto afirmação (BARBOSA, 2016, p. 1)

Ou afrocentrista que *“admite a centralidade dos (africanos\as), isto é, ideais e valores negros são tomados como as formas mais elevadas de expressão da cultura africana, sua conscientização é um aspecto funcional para uma abordagem revolucionária do fenômeno”* (LINO, 2018, p. 24), sendo que eles nos trazem respaldos suficientes para a reconstrução de uma unidade e integração africana.

Desta feita, é de tal importância levar em conta também o papel da elite intelectual africana, que tem contribuído muito para a autoafirmação do continente na esfera internacional. Precisamos acreditar mais em nós, ter mais contactos com a nossa bibliografia, para deixarmos que pensadores como: Joseph Ki-Zerbo; Axelle Kabou; Samir Amin; Kwame Nkrumah; Achille Mbembe; João Paulo Ganga, entre outros, que muito têm feito e já fizeram por este continente, continuem vivos em nossas mentes como símbolo de uma revolução em busca de novos paradigmas.

## **7 PROPOSTA METODOLÓGICA**

Para a realização do presente projeto foi utilizada a pesquisa de método qualitativo de caráter interdisciplinar, para tanto baseada em Análise bibliográfica e documental que *“recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias”* (SÁ-SILVA, 2009, p. 6). *“Provenientes dos próprios órgãos que realizaram as observações [...] a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise”* (SEVERINO, 2016, p. 131 APUD MARCONI, LAKATOS, 2017, p. 33). Como: relatórios anuais; boletins estatísticos; fotografia; programas institucionais etc.

Sendo assim, a pesquisa bibliográfica de fontes secundárias *“remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema”* (SÁ-SILVA, 2009, p. 6), como “E se a

África recusasse o Desenvolvimento” de Axelle Kabou (2013) e “Para quando a África” de Joseph Ki-Zerbo (2009), além de outras fontes secundárias.

Trata-se de levantamento de referências já publicadas, em forma de artigos científicos (impressos ou virtuais), livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, com objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (TRUJILLO FERRARI, 1974, p. 230 APUD MARCONI, LAKATOS, 2017, p. 33).

A metodologia bibliográfica que usaremos neste trabalho *“oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas ainda não se cristalizam suficientemente”* (MANZO, 1971, p. 32 APUD MARCONI, LAKATOS, 2017, p. 33). Esta mesma pesquisa permite também compreender *“que, se, de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, de outro, [...] pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”* (MARCONI, LAKATOS, 2017, p. 33).

Desta feita, para efetuarmos a nossa pesquisa começaremos com levantamento bibliográfico dos conceitos utilizados de forma a dialogar com os autores que abordam de forma direta ou indireta sobre os conceitos da pesquisa. Faremos também uma revisão e análise dos conceitos trazidos como: desenvolvimento e subdesenvolvimento. A nossa pesquisa estará sediada sobre as seguintes recomendações: introdução; objetivos geral específicos; hipóteses; justificativa; fundamentação teórica; metodologia; cronograma e referências. Tudo isto compoendo este primeiro momento da pesquisa que envolve a elaboração e apresentação do projeto como conclusão do curso de BHU.

Posteriormente será realizada a pesquisa propriamente dita que culminará com a defesa da monografia. E esta etapa será composta por: aprofundamento das análises e interpretação crítica dos conceitos e noções descritos; início da redação monográfica; apresentação da primeira versão da monografia; redação final e defesa.

## 7 CRONOGRAMA

Ano/semestre	2019/1°	2019/2°	2020/1°	2020/2°	2021/1°	2021/2°
Reunião de orientação	X	X	X	X	X	X
Revisão bibliográfica e delimitação do corpos	X	X	X	X		
Análises preliminares		X	X			
Aprofundamento das análises e interpretação crítica dos conceitos e noções descritos			X	X		
Início da redação monográfica				X	X	
Apresentação da primeira versão da monografia					X	
Redação final e defesa						X

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Sara Simone B. C. S. **Programas de ajustamento estrutural na óptica do papel do Estado na África a Sul do Saara**. Lisboa: BNP, 2012.
- BARBOSA, Muryatan Santana. **Pan-africanismo e relações internacionais**: uma herança (quase) esquecida. Belo Horizonte: *Revista Carta Inter*, v. 11, nº. 1, 2016, p. 144-162.
- BLAY, John Benibengor. **Kkrumah**: o pan-africano. 1973.
- BOAS, Frantz. **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BUANAÍSSA, Eduardo Felisberto; PAREDES, Marçal de Menezes. **Severino Ngoenha**: política e liberdade no Moçambique contemporâneo. *Revista opinião filosófica*, Porto Alegre, v. 09; nº. 01, 2018.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2003.
- Finanças e Desenvolvimento. O Programa de Ajustamento Estrutural do FMI, 1986.
- DIALLO, Alfa Oumar. Renascimento africano e desenvolvimento. *Revista Conjuntura Austral*, vol. 2, nº. 6, jun. Jul. 2011.
- DUARTE, Pedro Henrique, Evangelista. **A teoria da dependência**: interpretações sobre o (sub) desenvolvimento na América Latina. São Paulo: Unicamp, 2006.
- KABOU, Axelle. **E se a África recusasse o desenvolvimento**. Luanda: Edições Mulemba. Faculdades de Ciências Sociais, 2013.
- KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?** Entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.
- KOUVOUAMA, Abel. Pensar a política na África. Tradução para uso didático de KOUVOUAMA, Abel. Penserla politique enAfrique. *Politique africaine*, nº 77. p. 5-15. mars-2000.
- LINO, Paula Celeste da Silva. **A descolonização dos saberes do sul global a partir de uma abordagem afrocêntrica**: identidade cultura e história africana na academia, 2018.
- MBOKOLO, Elikia. A África Independente. In: \_\_\_\_\_. **África Negra**: história e civilização. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2011. Cap. 7.
- MACEDO, Felipe. **Tanzânia, a ponte latino-americana na África**: Recepções e reinterpretções do pensamento da CEPAL e da Teoria da Dependência pelos intelectuais de Dar Es Salaam. África em questão. 2012. Disponível em: <https://africaemquestao.wordpress.com>. Acessado em 15 jan. 2019.
- MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

MACUANE, José Jaime. **Os paradoxos do desenvolvimento à la carte**. Maputo, Codersia. 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Pesquisa bibliográfica. In: \_\_\_\_\_. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. Cap. 2.

MARKTANNER, Marcus; WINTERBERG, Jörg. M. **Consenso de Washington**: economia social de mercado e o papel do Estado no desenvolvimento. Cadernos Adenauer, nº. 3, 2009.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola**: sociedade e economia de um país nascente. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.

RESENDE, Ana C. Zema de. Frantz Fanon e a alienação do negro e do branco no sistema colonial. **Revista da ABPN**, v. 9, nº. 21, nov. 2016 – fev. 2017, p. 08-19.

RICARDO, Soares de Oliveira. A África desde o fim da guerra fria. **Relações Internacionais**, dezembro: 2009. Pp. 093-114.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. **Desenvolvimento**: um conceito multidimensional. **Revista DRD**, desenvolvimento regional em debate, ano 2, n. 1. Pp. 2-19, julho, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. – 15ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2008.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. **Revista brasileira de História e Ciências Sociais**, ano 1, nº. 1, julho, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRES, Adelino. **Desenvolvimento econômico, cultura e complexidade**. Lisboa: UTL, 2000.

VISENTINI, Paulo, Fagundes. **A África Moderna**: um continente em mudanças (1960-2010). Porto Alegre: Leitura XXI, 2010.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.